

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
ESCOLA NORMAL SUPERIOR – ENS
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

FELIPE VICTOR DE AZEREDO PESSANHA

A LÓGICA DA PRIVATIZAÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA NO BRASIL: Mercadorização da educação e a Privatização da escola pública, seus processos e contradições na sociedade de direitos.

MANAUS

2018

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
ESCOLA NORMAL SUPERIOR – ENS
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

FELIPE VICTOR DE AZEREDO PESSANHA

A LÓGICA DA PRIVATIZAÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA NO BRASIL: Mercadorização da educação e a Privatização da escola pública, seus processos e contradições na sociedade de direitos.

Trabalho de Pesquisa e Prática Pedagógica II – TCC, ministrada pela professora Celia Aparecida Bettiol, na turma do 9º Período de Pedagogia - 2º semestre (PN14_M01),

Orientador: Prof. Dr. Emerson Sandro Silva Saraiva.

MANAUS – AM

2018



ALUNO: FELIPE VICTOR DE AZEREDO PESSANHA

**A LÓGICA DA PRIVATIZAÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA NO BRASIL:
Mercadorização da educação e a Privatização da escola pública, seus
processos e contradições na sociedade de direitos.**

Este trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção de título de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade do Estado do Amazonas.

DATA DE APROVAÇÃO EM: 04 de dezembro de 2018.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.º Dr.º Emerson Sandro Silva Saraiva

Orientador

Prof.ª MSc. Angela Maria Afonso

Membro Interno

Prof.º MSc. Wesley Jefferson Silva Saraiva

Membro Externo

MANAUS – AM

2018

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade do Estado do Amazonas.

P475LÓ

PESSANHA, FELIPE VICTOR DE AZEREDO
A LÓGICA DA PRIVATIZAÇÃO DA ESCOLA
PÚBLICA NO BRASIL : Mercadorização da educação e a
Privatização da escola pública, seus processos e
contradições na sociedade de direitos. / FELIPE VICTOR
DE AZEREDO PESSANHA. Manaus : [s.n], 2018.
49 f.: il.; 30 cm.

TCC - Graduação em Pedagogia - Licenciatura -
Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2018.
Inclui bibliografia
Orientador: Prof.º Dr.º Emerson Sandro Silva Saraiva

1. privatização. 2. escola pública. 3. mercadorização
da educação. 4. sociedade de direitos . 5. precarização
da educação. I. Prof.º Dr.º Emerson Sandro Silva Saraiva
(Orient.). II. Universidade do Estado do Amazonas. III.
A LÓGICA DA PRIVATIZAÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA
NO BRASIL

AGRADECIMENTOS

À Deus que esteve do meu lado e possibilitou ter a força necessária para chegar até aqui;

Ao meu pai Jorge Lucio de Azeredo Pessanha e minha mãe Maria Enilvamar Victor, meus primeiros professores e maiores inspiradores;

À minha namorada Catharine, por todo seu apoio e dedicação;

Ao professor Emerson Saraiva, orientador deste trabalho, pelos seus conhecimentos, sua atenção e por acreditar que tudo isso seria possível.

Muito Obrigado!

RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar os processos de privatização da educação e sua influência na precarização do ensino e suas discrepâncias com uma educação democrática. A privatização da escola tem se mostrado com diversas facetas, através de serviços, como o treinamento de professores, a construção do currículo das escolas públicas sendo feito por empresas do ramo educacional. Portanto, foram observados os movimentos de mercadorização da educação que ocorreram a partir da redemocratização na década de 1990. Foram realizados diálogos entre Marx (1867), Libâneo (2013), Libâneo e Freitas (2018), Klees (2008), Klees (2002), Gentili (1998), Vieira (1998), Chaves (2006) onde foram buscadas diversas características do sistema capitalista e suas influências na privatização das escolas e dados que mostram que o mercado educacional gera muito capital. Os resultados, mostram os diversos dados sobre os tipos de privatização na educação e sua influência na precarização do ensino.

Palavras-chave. Privatização da escola pública. Mercadorização da educação. Sociedade de direitos. Precarização da educação.

ABSTRACT

This study aims to analyze the processes of privatization of education and its influence on the precariousness of teaching and its discrepancies with a democratic education. The privatization of the school has shown itself with several facets, through services, such as teacher training, construction of public school curriculum being done by educational companies. Thus, the movements of commodification of education that occurred after redemocratization in the 1990s were observed. Dialogues between Marx (1867), Libane (2013), Libane and Freitas (2018), Klees (2008), Klees (2002)), Gentilli (1998), Vieira (1998), Chaves (2006), where several characteristics of the capitalist system and their influence on the privatization of schools and data are shown that show that the educational market generates a lot of capital. The results show the different data about the types of privatization in education and their influence on the precariousness of education.

Key words. Privatization of public school. Merchandiseization of education. Society of rights. Precariousness of education.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	4
2	CAPÍTULO 1- Privatização, suas características no Brasil e no mundo	7
3	CAPÍTULO 2- Os grandes grupos educacionais no Brasil: sua relação com a mercadorização da educação, precarização do ensino e suas divergências com o direito à educação.	21
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
	REFERÊNCIAS	39

1 INTRODUÇÃO

A sociedade dos consumidores como estabelece Bauman (2008), se traduz na discussão da lógica da privatização da escola pública no Brasil e os elementos da mercadorização da educação e conseqüentemente da privatização da escola pública de modo que pareça uma forma moderna de consumo e atendimento as necessidades sociais, mas que se apresentam imersos em contradições na dita sociedade de direitos.

O artigo 205 da Constituição Federal de 1988 diz que: "A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho".

Pode-se notar que a lógica neoliberal prega exatamente o contrário da Constituição Federal de 1988, onde a educação é dever do Estado. Essa afirmação, demonstra que as políticas neoliberais adotam o lucro e a concentração de capital como o principal objetivo. No Brasil ainda temos poucos projetos de privatização que já vem sendo executados tratando da educação como uma mercadoria.

A inserção da lógica neoliberal, do privado no âmbito do setor público pode representar a subordinação deste ao setor privado. Essas relações são protagonismos instáveis e revelam "as interpenetrações, os hibridismos e as ambivalências" (AFONSO,2010, p. 1.137) dos modos de regulamentação social que ocorrem em nível nacional, internacional e transnacional. A ideia de que com a inserção da lógica de mercado na Educação, tem ocorrido uma internalização entre a comunidade escolar, de que tudo o que envolve a educação pública pode ser convertido em bens e produtos comercializáveis (MÉSZÁROS, 2009).

Segundo Gentili (1996, p.38): A política neoliberal introduziu-se por meio do discurso de democratização da educação perante a polêmica de crise gerencial, justificada pela falta de eficiência, eficácia, efetividade e de produtividade na gestão educacional. As políticas neoliberais, aliadas ao Banco Mundial, justificam a má qualidade da educação nos países periféricos e em desenvolvimento como o Brasil.

Este estudo justifica-se pelo crescimento das perdas de direitos sociais em andamento nos últimos anos a partir do processo de redemocratização da sociedade brasileira com base na reforma do Estado dos anos de 1990.

Neste sentido é fundamental compreender a lógica da privatização da educação pública em curso no Brasil, seus processos e consequências para que os professores e a sociedade brasileira tenham acesso a discussão crítica sobre o tema e possam exercer seu poder de voz que se apresenta fragmentado por conta da incompreensão das relações econômicas, políticas e sociais em curso no Brasil.

O estudo poderá contribuir com a discussão crítica da educação brasileira, os processos de privatização e mercadorização da educação, daí a possível relevância do tema para despertar diálogos na sociedade local e nacional.

Para a compreensão da lógica da privatização em andamento na escola pública no Brasil, seu processo de mercadorização da educação e a privatização da mesma, ante a sociedade de direitos é fundamental um caminho metodológico orientado no campo da dialética.

A dialética enquanto base serve para discutir a organização e debater sobre o processo de compreensão da realidade fundamentando na matéria, na realidade e na prática social. (MARX, 1845)

No materialismo dialético entende-se o critério da prática em sentido muito amplo e variado. É toda a atividade material, orientada a transformar a natureza e a vida social. Os meios de produção ao serem privatizados se deram pela força motriz do capitalismo, diante deste aspecto a sociedade tornar-se produtora de consumo de suas necessidades ou da ideia de suas necessidades. (MARX, 1867)

Assim, o capitalismo definindo-o de modo mais complexo e o relacionando à capacidade do homem e da mulher em usá-lo para alcançar seus objetivos, assinalando que o trabalho é fundamental para a existência humana, quesito essencial para que o ser humano seja capaz de se libertar, de se tornar sujeito ou se emancipar. (MARX, 1867)

A discussão se deu a partir da observação da realidade e dos movimentos de mercadorização da educação ocorridos a partir da redemocratização brasileira nos anos de 1990. Para discussão foi necessária pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo e explicativo, para ampliar os diálogos e perceber as contradições existentes no contexto, portanto na realidade social.

Os instrumentos da pesquisa fora os artigos científicos publicados no Scielo sobre privatização da escola pública. Utilizando bases de pesquisa da Biblioteca Digital

Brasileira de Teses e Dissertações (**BDTD**). Foram selecionados artigos do ano de 1867 a 2018.

Foram realizados diálogos com Marx (1867), Libâneo (2013), Libâneo e Freitas (2018), Klees (2008), Klees (2002), Gentili (1998), Vieira (1998), Chaves (2006), que possibilitaram a observação dos estudos que tratam os diversos tipos de privatização nas escolas públicas, mostrando as mudanças que aconteceram no tempo nas maneiras de privatização, que passaram a ocorrer através de serviços que empresas realizam através de treinamentos de professores, construção de currículo e outras atividades que nos mostraram a lógica no sistema capitalista.

O estudo se desenvolveu no ponto de vista de esclarecer ideias, analisar os impactos e verificar as influências que a mercadorização e a lógica da privatização tem gerado sobre a educação e a escola pública brasileira.

O trabalho decorre em dois capítulos.

No primeiro capítulo discute-se sobre a privatização, sua definição e o que ela pode acarretar na sociedade contemporânea de positivo e de negativo. Abordando sobre a privatização e as suas influências na educação no Brasil e no mundo. Falaremos também do lucro, que é essencial no sistema capitalista e seu antagonismo com a educação pública de qualidade e democrática, que vai se mostrando insustentável pelo fato de fazer com que a cobrança de valores, afaste os mais pobres das escolas mais qualificadas, que possuem melhores resultados.

Portanto, pode-se afirmar que na sociedade capitalista existe a necessidade de se manter as diferenças de classes, pois a educação é uma forma de se aumentar a compreensão das camadas mais pobres.

Foram observadas também, as políticas neoliberais para a educação que foram sugeridas pelo Banco Mundial e suas experimentações que passavam o serviço educacional para as mãos da iniciativa privada, passando a cobrar por serviços que eram gratuitos.

Após o Consenso de Washington, além da cobrança por mensalidades das escolas, tornou-se notória a desigualdade aumentada em consequência das medidas neoliberais. E mesmo após se constatar as falhas que se tornaram evidentes, o Banco Mundial ainda tentou se reinventar para manter-se na ampliação da sua governança mundial.

Podemos verificar alguns dos planos elaborados para a educação pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional, que passa a instituir políticas de descentralização do poder do Estado sobre a educação, privatizações e passagem para a

iniciativa privada, pagamento por serviços públicos que influenciaram negativamente na qualidade e nas ofertas desses serviços educacionais.

Através dos diversos documentos e autores, a mercadorização da educação, faz-se notória. Aferindo o processo para passar a educação das mãos do serviço público para o privado e a classificação da educação como mercadoria, dos alunos como clientes e do perigo para as camadas mais pobres que não terão a possibilidade de ter acesso aos melhores serviços educacionais, por não ter um poder aquisitivo que proporcione uma educação de qualidade.

Trata-se também acerca dos reformadores empresariais da educação que tem o intuito de melhorá-la. Movimento emergido nos Estados Unidos da América, em 1983, com um documento que apresentava um quadro de caos para o futuro da educação.

É abordado também sobre o neotecnicismo e sua divisão em responsabilização, meritocracia e privatização, suas três categorias e sua contribuição para precarização do trabalho docente, além de seu enfraquecimento.

São abordados também o uso dos sistemas educacionais, como os sistemas utilizados pelo Instituto Ayrton Senna (IAS) e sua participação na política educacional como um todo, exercendo a influência, desde o currículo até a gestão do sistema educacional como um todo. Também pode-se visualizar a influência que a privatização exerce na educação brasileira com as diversas políticas propostas por órgãos como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional.

No segundo capítulo apresenta-se a contradição existente entre os grandes grupos educacionais, o direito à educação e sua relação com a precarização do ensino.

É importante entender os processos para formar a opinião e compreender as relações existentes entre os assuntos em questão. Como ocorre a tentativa de influenciar e conseguir mudar o pensamento da população em relação aos serviços públicos, através de bombardeios na opinião pública exaltando, a ineficiência do Estado e aumentando a qualidade do setor privado.

O trabalho em questão busca o aumento lucrativo desses grupos empresariais, mediante a distribuição dos seus produtos e a precarização do ensino, através da desqualificação dos professores e a falta de treinamento.

Também são mostradas, as políticas do Banco Mundial para educação e suas diretrizes que ora, aponta para o ensino fundamental e ora, aponta para o ensino médio, sem evidenciar o ensino superior, o qual o Banco sempre se mostrou contrariado.

Para realizar essa expansão, somente através da privatização. Fala-se também sobre a implantação dessa lógica no Brasil. No início da década de 1990, como tem se mantido

ao longo desses anos até os dias atuais, dos programas que permitiram um maior número de brasileiros a ingressar no ensino superior e os números que mostram que o ensino superior privado teve um aumento maior que o ensino superior público. Essa expansão foi possível com ajuda do governo federal, com os programas de financiamento estudantil.

Do mesmo modo sobre o fato das Instituições de Ensino Superior privadas, não trabalharem com pesquisa e extensão que são primordiais para o desenvolvimento de diversas técnicas. As faculdades privadas buscam apenas a formação e não o desenvolvimento de pesquisas.

Da mesma forma que é importante mencionar os objetivos de redução de custos por parte das universidades em que desejam receber cada vez mais alunos, porém não se preocupam com a qualidade do ensino. Podemos exemplificar a contratação de professores com titulações mais baixas, para pagar salários menores, mostrando o lucro como sendo mais relevante que o próprio ensino. São expressos os dados que falam de quanto os grandes grupos da educação faturam e que seus rendimentos chegam perto dos lucros das maiores empresas brasileiras. Também são exibidos estudos que demonstram a privatização na América Latina e como tem ocorrido ao longo dos anos.

Nas considerações finais apresentamos os seguintes resultados sobre a privatização da educação e seus efeitos na busca de uma educação de qualidade que atinja a todos da forma mais democrática possível. Apresentamos os diversos pensamentos que contribuem na percepção dos danos que as políticas neoliberais podem causar, principalmente, para os mais pobres.

2 Capítulo 1 - Privatização, suas características no Brasil e no mundo;

Bobbio (1998), no dicionário de política, expressa que a economicização e a socialização do Estado terminam na privatização da sua administração. “Como escreve J. Hirsch, é possível verificar uma certa apropriação de funções públicas por parte de determinados setores industriais, que se revela também como possibilidade de unificação de alguns níveis organizacionais da burocracia de Estado e da grande indústria privada e se resolve com a tradução dos conflitos entre os diversos setores econômicos da administração.” Aparecendo assim o interesse do setor privado nas atividades realizadas pelo setor público e também no atendimento para as grandes empresas.

Para Mello (2015), a privatização na Administração Pública é entendida como a substituição ou passagem de uma esfera eminentemente pública para uma essencialmente privada, sendo esse entendimento comum em diversos sentidos. Essa substituição ou passagem poderá acontecer sendo apenas através da transferência de determinados bens, assunção de outras funções ou a substituição de mecanismos de direito público pelos mecanismos privados.

“A privatização do público é uma falsa consciência de desnecessidade do público” (OLIVEIRA, 1999, p. 68). A privatização de empresas estatais é uma forma mais aparente que trata da privatização do público sem a publicização do privado. Se privatiza a parte do Estado que gera lucro e não se socializam os lucros do privado.

Tedesco (1991) mostra a hipótese de que com o aumento das privatizações, poderemos notar, o aumento significativo de matrículas na rede pública de ensino, principalmente, no nível pré-escolar, o qual está relacionado ao considerável aumento das matrículas nas últimas décadas. Segundo estatísticas da UNESCO, no período de 1975 à 1986 houve uma diminuição do setor privado pré-escolar de de 44% para 26%, havendo assim um aumento do setor público, incorporando as camadas mais pobres, que são excluídos de uma educação de qualidade. Portanto existe um aumento significativo na responsabilidade do setor público de educar essas pessoas. Também entendemos que o Estado é o setor importante para cumprir a necessidade de educação da população mais pobre.

De acordo com Tedesco (1991) o ensino público estará atingindo características mais massivas, chegando a maiorias das pessoas que fazem parte das camadas mais pobres e o setor privado vai adotar características mais elitistas, atendendo a menos pessoas, comparando com o ensino público.

A privatização do setor escolar, permite uma apropriação privada do bem público, dando continuidade à concentração de capital nas grandes empresas do ramo da educação, sem gerar de fato melhorias na escola pública. Para WOOD (2001 p.12) no sistema capitalista, o lucro é muito importante e todo serviço, para ser realizado necessita de fins lucrativos. Então é um sistema em que o lucro e a competição pelo lucro são fundamentais. Dessa competição são gerados diversos argumentos, que falam de que a concorrência pode gerar uma qualidade melhor nos serviços, como o livre mercado. Porém, no caso da educação, esse argumento pode ser perigoso, pois podem haver fraudes quando falamos em educação. Fraudes como por exemplo, escolas forjarem ou trapacearem nos resultados para obter números melhores e sabemos que ao ter números melhores, poderão ser cobrados preços maiores o atingirão maiores lucros.

O capitalismo é um sistema em que bens e serviços, inclusive as necessidades mais básicas da vida, são produzidas para fins de troca lucrativa; em que até a capacidade humana de trabalho é uma mercadoria à venda no mercado; e em que, como todos os agentes econômicos dependem do mercado, os requisitos da competição e da maximização de lucro são as regras fundamentais da vida. WOOD (2001 p.12)

A sociedade capitalista, por ser contraditória prevê os meios de assegurar as diferenças de classe e os privilégios educacionais destinados à elite (MÉSZÁROS,2009). Além de ter a maximização dos lucros como uma das regras fundamentais, o capitalismo também mantém os privilégios educacionais as elites, contribuindo para a manutenção das diferenças entre as classes e perpetuação no poder. Através da educação é possível realizar as mudanças necessárias para poder aumentar o nível de consciência das grandes massas.

Klees, relata as políticas neoliberais do Banco Mundial para a educação como um “grande experimento” (2008, p. 312), envolvendo “[...] pagamento por serviços públicos, a privatização das demais atividades educacionais e uma conexão direta entre gerenciamento e financiamento da educação por rendimentos mensuráveis”. Com isso, a política torna-se preocupante, ao passar a educação para a iniciativa privada, que têm o lucro como principal interesse.

Essa política comumente chamada de “Consenso de Washington” “[...] foi atrativa pela simples ideia de que a globalização teria o poder de livrar nações da pobreza” (Rodrik, 2011, p. 164-165). Porém, foi observado justamente ao contrário. Já em meados da década de 1990, o Consenso de Washington era considerado falho, não apenas pela oposição ideológica gerada, mas sim pelo aumento nas desigualdades e pobreza no mundo que foram consequência das duas décadas das políticas neoliberais (ILO, 2004; Klees, 2008; Rodrik, 2011; Wade, 2004). Após essas duas décadas, em que o Estado passou alguns papéis para a iniciativa privada, houve também a demanda de recursos do Estado para o setor privado realizar tarefas que anteriormente eram realizadas pelo próprio Estado.

Apesar do fracasso observado pelas teorias neoliberais, o Banco Mundial permanece defendendo a ampliação do seu papel de governança global e a expansão do papel do setor privado no desenvolvimento mundial. Para Harrison, fica claro que o Banco Mundial se propõe a lidar com os fracassos do neoliberalismo, reinventando mais avançadas rodadas de intervenção neoliberal (Peck, 2010). Provavelmente com influências dos grandes grupos empresariais, inclusive os da educação, esses planos de manter o papel dos setores privados no desenvolvimento mundial são continuados, mesmo que os resultados tenham sido negativos para a construção de uma sociedade mais justa para todos.

Nos países mais pobres, esses projetos políticos neoliberais foram levados adiante por meio das Políticas de Ajuste Estrutural (Structural Adjustment Policies –SAPs) do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (Samoff, 1994). No entanto, esse repertório de políticas como a descentralização, privatização, pagamento por serviços públicos, financiamento comunitário, teve consequências devastadoras, não só na qualidade e oferta desses sistemas de educação, mas nas sociedades mais amplas das quais eles faziam parte (Bonaf, 2002; Ilon, 1994; Klees, 2008).

No relatório do Banco Mundial sobre as estratégias para a educação, *Estratégia para o setor educacional de 1999*, passa a legitimar a adoção de um papel maior para o setor privado, expondo uma série de justificativas com o intuito de diminuir a pobreza. No relatório, ele expõe que um setor privado maior estenderia oportunidades educacionais para estudantes mais pobres, financiamento privado expandiria o número de vagas disponíveis especialmente nos níveis secundário e terciário, os recursos públicos ficariam então liberados para os mais pobres; famílias passariam a ter escolhas além do setor público, o setor privado seria mais eficiente do que o setor público, enquanto a qualidade seria mantida a um custo unitário mais baixo, o setor privado aumentaria o potencial de

inovação (World Bank, 1999, p. 28-29), o que não acontece na prática. Existem diversos defensores de uma diminuição do Estado, mas nos países desenvolvidos, o Estado está sempre presente. Esses argumentos aparecem também para a privatização das empresas estatais, que o Estado não deve se preocupar com as empresas e sim com a população e essas empresas desviam o foco do Estado.

Para manter remando na mesma direção, o Banco Mundial procurou como solução a ideia de parcerias, em particular as PPP's, previstas no relatório. Argumentando que “o trabalho de fortalecer a educação é muito grande para que qualquer instituição o faça sozinha” (World Bank, 1999, p. 18), na prática essas parcerias eram um meio de amenizar o estrago feito por formas anteriores de privatização e ao mesmo tempo não as deixando para trás. Essas parcerias permitiam múltiplos enquadramentos, interesses e objetivos a serem realizados e permitiam que o Banco Mundial continuasse sua estratégia de privatização da educação (Newman, 2001, p. 107).

Esse relatório se compatibilizou com as estratégias das economias desenvolvidas e dos grupos educacionais para o fortalecimento e a expansão desse setor, que surgiu dos serviços da educação que traz o setor privado para a administração da educação com o argumento de que são mais eficientes que o setor público. Além de abrir o setor da educação as regras de mercados globais, e a promoção do comércio na educação como base para a construção e entrega no acesso e na qualidade de educação. (Robertson; Bonal; Dale, 2002).

Klees (2002), argumenta que, apesar da promessa da promoção de uma “Educação de qualidade para todos”, um exame mais detalhado revelou que o relatório está cheio de “suposições não estudadas, fatos questionáveis e ideologia substituindo informação”. Uma suposição central feita por essa rede de políticas é a de que “a educação é um bem de consumo e o estudante é o principal consumidor por intermédio de seus pais” (World Bank, 2001, p. 1). Wood (1991) também fala sobre esse objetivo do sistema capitalista em produzir, gerar lucros e se expandir, do mesmo jeito que está ocorrendo na educação:

Na verdade, a produção de bens e serviços está subordinada à produção do capital e do lucro capitalista. O objetivo básico do sistema capitalista, em outras palavras, é a produção e a auto expansão do capital. WOOD, (2001 p.12)

Por mais que exista uma proposta de uma educação de qualidade para todos, é possível imaginar que tornando a educação como um bem de consumo, suas, ela para ter uma qualidade maior será cobrado um preço maior.

Mesmo após a crise de 2008, e na década de 1990 quando foi observado que o resultado foi diferente do esperado nos países em desenvolvimento, o Banco Mundial continua a insistir nas privatizações da educação. A privatização que é sugerida pelo Banco Mundial foi sendo modificada, mas permanece por considerar a educação como mercadoria e ela precisa ser considerada mais *do que* um direito humano, ou simplesmente um sistema pelo qual o conhecimento oficial é transmitido e adquirido. A educação é mais do que um bem público, é um espaço altamente disputado, de condição pública e potencialmente emancipatória, importante para o nosso futuro, mas, cujo próprio poder de decisão acerca desses valores é questionável.

“*Corporate reformers*” é como são chamados os reformadores empresariais da educação nos Estados Unidos, um termo que foi criado pela pesquisadora americana Diane Ravitch (2011b). Ele representa um acordo de políticos, mídia, empresários, empresas educacionais, institutos e fundações privadas e pesquisadores alinhados com a ideia de que o modo de organizar a iniciativa privada é uma proposta mais adequada para “consertar” a educação americana, do que as propostas feitas pelos educadores profissionais.

Este movimento tem seu início a partir dos anos de 1980, com a publicação do relatório *A Nation at Risk* (National Commission on Excellence in Education, 1983), que já apresentava um quadro de caos para o futuro da educação norte-americana. Para diversos autores, foi uma crise fabricada em que tiveram vários dados manipulados e houve um grande desperdício de dinheiro.

Por esse motivo, podemos ver de onde vem a influência no Brasil para o pensamento disseminado de que tudo, seja serviço ou qualquer órgão que seja público não tem qualidade e que tudo oriundo da iniciativa privada seja bom. Nos E.U.A. foram implantados alguns projetos para deixar a iniciativa privada tomando conta da educação e não produziu os efeitos esperados e está sendo caracterizada como uma década perdida para a educação americana (Guisbond, Nell & Schaeffer, 2012).

O Neotecnicismo se estrutura em torno de três grandes categorias: responsabilização, meritocracia e privatização. No centro, está a ideia do controle dos processos, para garantir certos resultados definidos como padrão medidos em testes padronizados Freitas (1992; 1995).

Um sistema de responsabilização envolve os testes para os estudantes, divulgação pública do desempenho da escola e recompensas e sanções (Kane & Staiger, 2002). A divulgação pública do desempenho da escola é uma exposição pública que implicará em recompensas ou sanções públicas para escola.

A meritocracia vai além da responsabilização. A meritocracia é a base das propostas políticas liberais, em que existe a igualdade de oportunidades, porém, não existe a igualdade de resultados. Para ela, a partir das oportunidades, o que fará a diferença entre as pessoas será o esforço pessoal, o mérito de cada um. Porém, não é dada tal importância para a igualdade de condições no ponto de partida. No caso escolar, a diferença social é transformada em diferença de performance, e o que se discute é se a escola foi capaz de corrigir essas distorções ou não, deixando de lado o principal fator, que é a desigualdade social, que é a base para a desigualdade nos resultados.

Os efeitos causados pela meritocracia, quando são aplicados na escola e para os professores são mais prejudiciais e questionáveis. Ele penaliza os professores por considerar a motivação para o trabalho docente, se restringe apenas em ganhar mais dinheiro e descarta o trabalho do professor para o desenvolvimento do aluno. Eles também expõem os professores a reprovações ou aprovações públicas, o que pode desmoralizar o trabalho docente. (Ravitch, 2012; Gates, 2012; Darling-Hammond, 2012). Também os métodos de cálculo que são aplicados, cálculo para identificar os melhores e os piores professores que são inconsistentes não só ao longo do tempo, como sob várias opções de modelos de análise (Corcoran, 2010; Braun, Chudowsky, & Koenig, 2010; Baker, 2010; Schochet & Chiang, 2010). E por último, Hout & Ellio, (2011); Davier, (2011); Marshet al (2011) mostram em seus estudos que a meritocracia não gera impactos para a melhoria da performance dos alunos e pode causar consequências e resultados ruins para a educação.

É possível notar o sucesso e o aumento das políticas neoliberais dentro do processo da economia capitalista. O neoliberalismo vem tratar a educação escolar, principalmente a educação pública, aspirando a concretização de suas estratégias pretendendo a promoção de mudanças nos sistemas educacionais dos países em desenvolvimento, e que seu fim deve ser a formação escolar visando à formação imediata para o trabalho juntamente com o mercado. Esse tipo de educação não tem compromisso com a formação de alunos com senso crítico, que questionem, apenas com a formação de alunos que estejam prontos para o mercado de trabalho.

Desse modo, nesse cenário recente, as políticas educacionais brasileiras, como estimulado pelas potências econômicas e seus princípios, instituições como o Banco Mundial que interveem nos aspectos da organização, curriculares e pedagógicos das escolas influenciando numa formação mais empobrecida na escola pública.

Portanto, as pessoas das camadas mais pobres da sociedade são restringidas a essas escolas que tiveram propositalmente a sua qualidade diminuída, que são

responsáveis por restringir a possibilidade de desenvolvimento dos alunos e interesses específicos de preparação e adaptação ao mundo do trabalho.

De acordo com os diversos documentos técnicos elaborados que continham as orientações do Banco Mundial, é exposto um discurso democrático e que respeita as pessoas relacionando a educação com a redução da pobreza, orientando aos governos para que assegurem o acesso das camadas mais pobres à educação para garantir o desenvolvimento humano. Porém, o discurso democrático, que visa a redução da pobreza contém uma grande dose de uma visão economicista e mercadológica e que apresenta um currículo imediatista para o emprego em um mundo que as exigências ao trabalhador estão cada vez mais globalizadas.

Na escola em que ocorre o conhecimento e a aprendizagem dão lugar a uma escola mais prática, funcional e que tem pressa para suprir o mercado de trabalho que necessita de pessoas que possam tocar o poder econômico que não para. Também sendo importante que esses estudantes não sejam questionadores, apenas que supram a demanda que o poder econômico tem para produzir.

Nessa escola imediatista, em que funciona sendo controlada por mecanismos de avaliação que ignoram fatores como as condições de trabalho e de formação dos professores, as condições adequadas de ensino e aprendizagem, além de fazer com que os filhos das famílias mais pobres tenham acesso à uma escola que não incentiva que essas crianças tenham o acesso a apropriação de conhecimentos científicos, artísticos, filosóficos, estéticos etc., que são considerados essenciais para o desenvolvimento humano.

Sampaio, Santos e Mesquita (2002) discorrem sobre a década de 1980, em que diversos países, não só os E.U.A., mas também os países europeus passaram a seguir as orientações do Consenso de Washington, o que refletiu nas suas políticas educacionais. Essas políticas educacionais seguiam as estratégias em que o Estado deixaria de financiar a educação e passaria a avaliar e controlar os sistemas de avaliação, as escolas públicas seriam privatizadas, seriam aplicados critérios qualitativos para a avaliação de alunos, docentes e as instituições, formação dos alunos para atender crescente demanda empresarial de formação profissional e técnica, oferta de formação rápida e à distância, predominantemente por escolas privadas. Essas ideias do Consenso de Washington, passaram a ser implantadas no Brasil no início dos anos 1990 no governo Fernando Collor e tiveram continuidade nos 2 mandatos de Fernando Henrique Cardoso.

Desta forma, a educação, na concepção neoliberal, é subordinada ao capital e se posiciona a serviço do desempenho no mercado para potencializar o crescimento

econômico, por meio da formação para ação competitiva no mercado de trabalho (GENTILLI, 1998).

Nessas perspectivas a escola assume o papel de prestar serviço ao capitalismo globalizado e dos seus interesses e de moldar o trabalhador para obter o resultado desejado nas funções do mercado de trabalho, que vem sofrendo diversas transformações tecnológicas ao longo do tempo e para suprir a expectativa da lucratividade alta.

No Brasil os avanços das lutas por direitos sociais começaram a acontecer no momento após o término da ditadura militar (1964-1985), no mesmo período em que entrava em crise o modelo fordista/keynesiano (cf. Antunes, 1999; Santos, 1990). No lugar do modelo fordista/keynesiano, o sistema capitalista apresentou um conjunto de estratégias para retomar o aumento das taxas de lucro, reduzindo direitos, com graves consequências para a construção da democracia e da efetivação dos direitos sociais. No Brasil, o processo de redemocratização foi recente, enquanto em todo mundo o mercado assume um maior protagonismo novamente retomando princípios como individualismo, a competitividade, a produtividade, a avaliação com foco no produto. Essa lógica ocasionou prejuízo para a construção de valores democráticos, como a participação, a coletivização de decisões e do conhecimento como um direito o que faz com que alguns tenham mais condições e direitos que os outros, permeando uma sociedade que não é igualitária.

Os dois países viveram um processo de democratização recente, enquanto por todo o mundo o mercado novamente assume um maior protagonismo, retomando princípios da sua lógica própria, como o individualismo, a competitividade, a produtividade, a avaliação com foco no produto. Isso ocorreu em detrimento da construção de valores democráticos, como a aprendizagem da participação, da coletivização das decisões e do conhecimento como um direito.

Nos contextos atuais de crise em que o capitalismo vem tentando se manter e se superar, as fronteiras entre o público e o privado tem sido modificadas, tendo redefinido o papel do Estado quanto as políticas sociais. O neoliberalismo, a globalização, a reestruturação produtiva e a terceira via são as estratégias do capitalismo para se superar em meio aos cenários mundiais de crise e se manter um sistema forte e que se sustente.

Para o neoliberalismo e a social democracia, conhecida como terceira via (Giddens, 2001), o Estado é o culpado pela crise e o mercado deve ser o parâmetro de qualidade, alterando o papel do Estado no sentido de racionalizar os recursos e diminuir o poder das instituições. Na visão do mercado, as instituições públicas podem sofrer pressões e demandas da população e improdutivas. De qualquer forma, tanto o

neoliberalismo, quanto a Terceira Via querem tirar as decisões das instituições públicas, passando essas decisões para a mão da sociedade, passando a responsabilidade pela execução e direção das políticas sociais para a sociedade. Essa visão pode trazer implicações sérias para o projeto democrático enfraquecendo as instituições públicas. O neoliberalismo por acreditar na democracia como responsável pelas demandas sociais que seriam responsáveis pela distribuição de renda através das políticas públicas que acarretaria o deficit fiscal. A Terceira Via, que acredita nas mesmas origens da crise do Estado que o neoliberalismo, e tem nos princípios gerenciais como a lógica de uma sociedade civil empreendedora para executar as tarefas do Estado como a sua proposta (Peroni, 2013). Para Rhodes (1996), essas duas teorias que tem como propostas a transferência para a sociedade da direção e da execução das políticas sociais, podem ser definidas como uma privatização

Laval (2004) nos apresenta diversas formas de mercantilização na educação, como destinar a escola a fornecer mão-de-obra adaptada para as necessidades da economia, deixar as empresas interferirem de maneira mais direta na pedagogia, nos conteúdos escolares, estruturas curriculares e diplomas que pretendem estabelecer a lógica do mercado nas escolas. Ele observa ainda que a escola acaba por estar em dois movimentos. Um, em que a escola é um mercado, publicidade e venda de produtos e a escola como produtora de mercadorias específicas, como suporte e conteúdos de ensino. É verificado que, para o mercado, é importante interferir na política educacional, mais até que privatizar escolas. É possível observar essa interferência nas parcerias dos Institutos Ayrton Senna e Unibanco com escolas do ensino fundamental e médio, em que o conteúdo educacional é monitorado e existem metas que são estabelecidas pelos institutos, o que Laval diz ser "mercadorias específicas" (Peroni, 2016).

É compartilhada a opinião sobre o fato de que o processo de mercantilização também acontece quando os setores privados têm o poder de definir o conteúdo referente à educação. Os processos de privatização da educação pública trazem consequências para o processo de democratização da educação, tornando a educação cada vez mais democrática, atingindo às famílias de todas as classes sociais. Conforme Vieira (1998), nos faz concordar quando fala que "não existe estágio democrático, mas há processo democrático mas há processo democrático pelo qual a vontade da maioria ou a vontade geral vai assegurando o controle sobre os interesses da administração pública" Ele também afirma que "quanto mais coletiva a decisão, mais democrática ela é Qualquer conceito de democracia, e há vários deles, importa em grau crescente de coletivização de decisões" (Vieira, 1998, p. 12). Porém com o processo de privatização da educação, a

coletivização das decisões foi sendo cada vez mais subsumida como parte do processo democrático.

Sobre o capital, Wood (2014) aborda sobre o papel importantíssimo do Estado, justamente neste período do capitalismo em que ocorre a financeirização e globalização "O capital global ainda (na verdade, mais do que nunca) exige uma ordem política, social e legal rigidamente regulada e previsível" (p. 11). A autora argumenta que:

O capitalismo precisa de estabilidade e previsibilidade nas suas organizações sociais. O Estado nação ofereceu isso por meio de uma elaborada estrutura legal e institucional, apoiada pela força coercitiva, para sustentar as relações de propriedades do capitalismo, seu complexo aparelho contratual e suas intrincadas transações financeiras. (Wood, 2014, p. 26)

Para o capitalismo, a existência do Estado facilita a permanência deste sistema, justamente pela estabilidade que o Estado pode proporcionar. Por mais que os liberais possam pregar contra o Estado, é bom ter o Estado para contribuir com a estabilidade econômica. Para alguns autores, há a concordância de que o estado nacional está em declínio, porém Wood acredita que o (2014, p. 18) "Estado é hoje mais essencial do que nunca para o capital mesmo – ou especialmente – em sua forma global. A forma política da globalização não é um estado global, mas um sistema global de Estados múltiplos. A autora explica ainda a causa do Estado ser tão importante para o processo de acumulação de capital no período de financeirização do capital o poder econômico do capital não pode existir sem o apoio da força extra econômica; e a força extra econômica é hoje, tal como antes, oferecida primariamente pelo Estado" (Wood, 2014, p. 18).

Dessa forma, é de grande valia evidenciar as diversas características brasileiras na análise das redefinições do papel do Estado, que esteve na maior parte de sua história, ligado aos interesses privados (cf. Pires, 2015; Vieira, 1998). Na década de 1980, após o fim da ditadura militar, justamente no período pós-ditadura foi que ocorreram os avanços das lutas pelos direitos sociais, em que entraram em debate os processos de democratização da educação, participação, coletivização das decisões e também os direitos sociais que foram materializados em políticas. Porém, ao mesmo tempo, os processos de neoliberalismo, reestruturação produtiva e financeirização possibilitavam a redefinição do papel do Estado com as políticas sociais, com o intuito de crise fiscal e redução de custos que trariam consequências graves para a construção da democracia e da efetivação dos direitos sociais materializados em políticas públicas, substituindo o que tem se chamado de "naturalização do possível" (cf. Peroni, 2003, 2013). É importante dar destaque aos avanços que ocorreram na educação, que essas mudanças são inegáveis

na universalização do acesso à educação e sua ampliação, inclusão de alunos com necessidades especiais, maior participação na vida escolar, porém não foram dadas as condições com a mesma intensidade das mudanças, que foram realizadas com os “recursos possíveis” e grande parte das vezes, em detrimento de salários e condições de trabalho dos profissionais da educação.

Com as mudanças que ocorreram no modelo educacional capitalista e após o período de redemocratização, foram alcançados diversos avanços no processo educacional, como a ampliação da garantia do acesso à educação pública no ensino fundamental e médio que contribui para a democratização do ensino, sem privilégios. No entanto, pode ser observado também, que cada vez mais a presença do privado mercantil nas decisões da educação pública. O Estado permanece como o grande responsável pelo acesso e até mesmo tem a responsabilidade de ampliar a oferta de vagas públicas, porém, o “conteúdo” pedagógico e de gestão da escola tem se tornado cada vez mais que introduzem a lógica mercantil. A justificativa para a adoção dessa lógica é que essa ação colabora para a qualidade da escola pública e se encaixam num mercado que não existia e a escola pública deixa de atuar, para que a lógica mercantil atue e consiga os seus lucros. Do lado positivo, podemos observar o aumento da oferta para as camadas da sociedade que historicamente não tiveram acesso ao ensino, ampliação que ocorreu na escola pública. Porém houve a privatização, no período do ensino obrigatório, foi o chamado "conteúdo da educação". ". A privatização ocorre através de parcerias (cf. Adrião & Peroni, 2010) ou venda de sistemas privados (cf. Adrião et al., 2009). As parcerias envolvem os processos de privatização da escola pública, através da execução e da direção que definem o conteúdo da educação e executam a sua proposta por meio da formação, avaliação, da monitoração, da premiação e de aplicação de sanções que permitem um controle de que o seu produto será executado. Avaliação e premiação que são táticas capitalistas que podem contribuir para uma individualização, seja de professores e de alunos.

O financiamento ocorre em parte, por meio do governo federal ou da renúncia de receitas, em que as empresas acabam não pagando o imposto, cujo esse montante é doado para os institutos de educação. Também é muito importante destacar que não existe formas de controle público efetivo sobre onde são gastos os recursos de renúncias de receitas, gerando uma certa dúvida sobre se a aplicação dos recursos está sendo de maneira correta e se pode haver alguma irregularidade.

Para os Institutos educacionais, é entendido que não precisa apenas ter grandes normas da política e da educação e que é necessário influenciar para efetivar as

mudanças na sala de aula. O Instituto Ayrton Senna (IAS) passou a promover programas complementares em períodos inversos ao das aulas e posteriormente apenas em classes de aceleração, mas passando a influenciar como um todo na política educacional. Essa influência partia desde o currículo até à gestão do sistema educacional e da escola. Foi percebido pelo Instituto que para realizar mudanças fundamentais, precisaria atuar, não somente em questões focalizadas, mas educação como um todo. Atualmente, o Instituto planeja, monitoriza e avalia os sistemas públicos por meio da Rede Vencer.

O IAS relaciona a aprendizagem à gestão das escolas, entende que a escola deve ter uma gestão gerencial, que é monitorada rigidamente e com atividades que são padrão com aulas prontas e uma rotina que já foi planejada. Também são definidos que o foco deve ser na matemática e na língua materna, que são as atividades que são avaliadas nas provas nacionais, para conseguir uma boa avaliação para a escola. Entende que a aprendizagem é um produto e que pode ser medido pelos resultados das avaliações e das metas pré-estabelecidas (cf. Adrião & Peroni, 2010), que poderá encarecer ou baratear esse “produto” chamado educação.

Também é importante destacar novamente que, no ensino fundamental e médio a oferta foi expandida pela escola pública, tendo a privatização ocorrido mais no conteúdo da educação. Porém outras etapas da educação básica como a educação infantil ou nas modalidades de educação de jovens e adultos (EJA) e educação profissional, a realidade é outra. Eles vivem um processo em que o poder público transfere a execução da oferta educacional para o setor privado com ou sem fins lucrativos para baratear ou racionalizar os recursos. Por exemplo, nas creches e na Educação de Jovens e Adultos (EJA), setores que precisam de uma atenção especial, considerados mais frágeis, em muitos casos são contratados professores sem formação, já que os professores concursados e estatutários adquiriram direitos lentamente e a transferência de responsabilidade (terceirização) é feita com profissionais com menor formação, mais baratos, em algumas vezes voluntários, o que pode ser considerado como um processo que torna precário o trabalho docente. Susin (2009), em seu estudo, demonstra que nem sempre são adequados os espaços nas creches comunitárias os processos democráticos no interior da escola, que foram uma conquista da escola pública, nas instituições contratadas não estão presentes normalmente. Na admissão dos estudantes, não existem critérios transparentes e nem sempre o ensino é gratuito. Normalmente essas instituições são destinadas para alunos muito pobres, e mesmo com uma mensalidade baixa, esse valor compromete o orçamento dessas famílias, o que pode ser considerado questionável quando olhamos

pelo lado do direito à educação, num Brasil em que se luta pela gratuidade da educação pública.

Na EJA, é possível observar ainda que em muitos casos, os professores são contratados em outro turno com uma bolsa, eles acabam recebendo menos do que o seu salário, o que também podemos entender como uma maneira de precarização, ao trabalhar mais e a sua remuneração não acompanhar o seu trabalho. Receber menos para uma carga de trabalho maior. (cf. Brasil, 2012; Comerlato & Moraes, 2013).

Na educação profissional, o PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego), tem a na execução a participação de instituições privadas. "O PRONATEC poderá ainda ser executado com a participação de entidades privadas sem fins lucrativos, devidamente habilitadas, mediante a celebração de convênio, acordo, contrato, ajuste ou instrumento congêneres" (Brasil, 2011b, art. 8). Podemos questionar a concessão de trabalho que foi proposta pelo governo federal, de abrir mão de uma proposta de formação profissional transferindo recursos também para instituições privadas. O número de instituições da rede pública de educação profissional aumentou em um ritmo menor que o necessário e em paralelo foi feita a ampliação via parcerias, através do PRONATEC (cf. Brasil, 2011b; Rodrigues & Santos, 2013). Também é possível verificar que a racionalização de recursos é uma das justificativas para transferir as responsabilidades do setor público para o setor privado. E que em alguns processos, diminui os custos para as populações mais pobres com as creches, a educação de jovens e adultos, a educação profissional, mas cria uma contradição ao contratar assessorias e parcerias e as compras de produtos privados que oneram em muito o orçamento do governo federal (cf. Bittencourt & Oliveira, 2013), fazendo com que o governo mostre para quem está trabalhando.

Mesmo sendo muitos os editais, formas de terceirização e compra dos mais diversos "produtos", desde a formação, gestão, aprendizagem, existem também as influências exercidas pelos empresários na direção das políticas educativas e venda de produtos educacionais pelo Movimento Todos pela Educação (TPE). O Movimento TPE atua influenciando a política educacional do país, avaliando, monitorando resultados e realizando pressões diretas ao poder legislativo e executivo para que se cumpra o seu programa educacional. Existem também, empresários vinculados ao Movimento TPE que atuam na venda de tecnologias educacionais, através de um Guia de Tecnologias certificado pelo governo federal, algo que é extremamente condenável, pois como que alguém poderia participar de um movimento que tem o "interesse" de melhorar a educação e após realizar pressões nos governantes vende a sua mercadoria para o

governo. A partir dessas atitudes, podemos perceber, infelizmente, o individualismo nessa lógica mercantil, em que, pelo lucro, um interesse individual está acima do interesse de todos. Por essas atitudes que a nossa educação poderia estar em mais altos patamares.

O Guia de Tecnologias, é parte do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) que prevê uma gama de ações de assistência técnica e/ou financeiras, podendo ser solicitadas pelos municípios em quatro dimensões: gestão educacional; formação de professores e de profissionais de serviço e apoio escolar; práticas pedagógicas e avaliação; infraestrutura física e recursos pedagógicos (cf. Bernardi, Uczak, & Rossi, 2015; Brasil, 2011a). Esse Guia de Tecnologia pode ser visto como algo parecido como desperdício. Pensando pelo seguinte lado neoliberal, em que a lógica acredita que o Estado deve cortar os gastos, mas o Estado acaba gastando com essa assistência de empresas educacionais. Portanto, é necessário que se assuma um papel que defenda os interesses da maioria da população, para o Estado não gastar recursos com um serviço que pode ser realizado com trabalhos dentro do Ministério da Educação com os seus especialistas, ou dentro das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, no sentido de economizar recursos e realizar um trabalho que irá de encontro com o interesse da população em uma educação de qualidade sem a influência de empresários do ramo educacionais que visam apenas uma lucro maior.

A atuação do Estado neste processo de relação entre o público e o privado, podemos verificar que, na grande maioria dos casos, o Estado continua financiando os programas, apesar da execução ser privada. Também existem os casos em que o poder público continua a ser o executor, além de financiar. Mas a direção e o controle passam para instituições privadas, como nos casos que ocorrem no Brasil como o Instituto Ayrton Senna e o Instituto Unibanco.

As instituições públicas, sendo democráticas, devem ser o espaço de correlação de forças e o produto final deve ser definido por todos e não a priori. É importante que tentemos resgatar as instituições públicas como espaços democráticos, com interesses coletivos e com parâmetros de justiça social, realizando assim a democracia na educação, onde tantos não possuem esse direito. Resgatar esse poder das instituições públicas nos permitirá evitar os diversos erros ocorridos na construção de uma educação que tem o intuito de ser cada vez mais democrática, tendo o poder de atingir a todos de forma plena e sem haver os casos de privilégios para um ou para outro.

3 Capítulo 2 - Os grandes grupos educacionais no Brasil: sua relação com a Mercadorização da educação, precarização do ensino e suas divergências com o direito à educação.

Desde o início da década de 1990 até os dias atuais, é notório o aumento das políticas neoliberais na educação. Segundo Libâneo e Freitas (2018) o poder econômico para se expandir, se infiltra em nichos em que é possível obter lucro e passam a querer explorar por serviços, ofertados gratuitamente pelo Estado.

Desse modo, para estes homens de negócios do capital, os serviços públicos nos setores de Educação e Saúde podem ser ofertados por empresários, pois os mecanismos de mercado potencializam seus resultados e os colocam nos circuitos das práticas competitivas e mercantis. (LIBÂNEO E FREITAS, 2018)

É possível observar na legislação brasileira, que são abertos diversos caminhos que possibilitam a expansão do setor privado e a diminuição do setor público. Na Lei Nº 10.260, de 12 de Julho de 2001 que trata do FIES (Fundo de Financiamento do Estudante de Ensino Superior) o setor público financia o setor privado, ao invés de investir na tentativa de tornar o Ensino Superior Público gratuito mais democrático possível, fazendo com que todos tenham acesso a ele. De acordo com o Art. 1º da lei do FIES, conforme mencionada acima:

Art. 1º É instituído, nos termos desta Lei, o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), de natureza contábil, vinculado ao Ministério da Educação, destinado à concessão de financiamento a estudantes de cursos superiores não gratuitos e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério, de acordo com regulamentação própria.

Já no Art. 4º o governo financia 100% dos encargos educacionais, conforme as restrições existentes nas leis, é um grande estímulo para que as Instituições de Ensino Superior privadas continuem a aumentar no Brasil.

Art. 4º São passíveis de financiamento pelo Fies até 100% (cem por cento) dos encargos educacionais cobrados dos estudantes no âmbito do Fundo pelas instituições de ensino devidamente cadastradas para esse fim pelo Ministério da Educação, em contraprestação aos cursos referidos no art. 1º em que estejam regularmente matriculados, vedada a cobrança de qualquer valor ou taxa adicional e observado o disposto no art. 4º-B.

Além da lei que regula o FIES, em 2005 na lei que regulamentam o PROUNI (Programa Universidade para Todos), também é possível observar o Governo Federal, através do Ministério da Educação contribuindo para a expansão do Ensino Superior privado.

Art. 1º Fica instituído, sob a gestão do Ministério da Educação, o Programa Universidade para Todos - PROUNI, destinado à concessão de bolsas de estudo integrais e bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) para estudantes de cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos.

Outro caso na qual a expansão do setor privado fica clara é a lei regulamentadora do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), onde no Art. 8º é permitida a distribuição dos recursos do FUNDEB para as instituições privadas, em que o poder público não alcançar.

Art. 8º A distribuição de recursos que compõem os Fundos, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, dar-se-á, entre o governo estadual e os de seus Municípios, na proporção do número de alunos matriculados nas respectivas redes de educação básica pública presencial, na forma do Anexo desta Lei.

§ 1º Será admitido, para efeito da distribuição dos recursos previstos no inciso II do caput do art. 60 do ADCT, em relação às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o poder público, o cômputo das matrículas efetivadas:

I - na educação infantil oferecida em creches para crianças de até 3 (três) anos;

II - na educação do campo oferecida em instituições credenciadas que tenham como proposta pedagógica a formação por alternância, observado o disposto em regulamento.

Na lei aprovada mais recente, pelo governo Michel Temer (2016-2018), são ainda realizadas aberturas para a terceirização através da liberação para firmar convênios com instituições de educação à distância.

ART. 4º §11 Para efeito de cumprimento das exigências curriculares do ensino médio, os sistemas de ensino poderão reconhecer competências e firmar convênios com instituições de educação a distância com notório reconhecimento, mediante as seguintes formas de comprovação:

São abertas cada vez mais as brechas para o setor privado na educação brasileira, o que é preocupante pelo fato da precarização do trabalho docente, da precarização do ensino e que o direito a educação não chegue a todos.

ART.6º§11 - profissionais com notório saber reconhecido pelos respectivos sistemas de ensino, para ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação ou experiência profissional, atestados por titulação específica ou prática de ensino em unidades educacionais da rede pública ou privada ou das corporações privadas em que tenham atuado, exclusivamente para atender ao inciso V do caput do art. 36;

Porém, o poder econômico se depara com uma dificuldade: Como passar a cobrar por um serviço que é oferecido gratuitamente e como convencer as pessoas de pagar por um serviço que é oferecido gratuitamente? Mas para eles, isso não é o problema. Através da mídia, eles conseguem implantar aos poucos para as pessoas que o ensino público é de má qualidade e que o Estado não tem condições de manter os gastos e que precisa cortar cada vez mais os gastos.

E para sustentar este preceito neoliberal, de forma sistemática, a imprensa internacional e nacional passou a veicular e divulgar indicadores estatísticos da Educação apontando a má qualidade do ensino fotografada nos indicadores obtidos nos testes e exames, o insucesso da formação escolar de adolescentes e jovens para o mercado de trabalho, o contingenciamento das despesas públicas do Estado para o pagamento de professores, e a redução de recursos financeiros para a Educação brasileira. Esta mesma imprensa passou a divulgar, também, as vantagens e potencialidades dos grupos empresariais educacionais para expandir os negócios rentáveis, além de maior flexibilidade nos contratos, parcerias e relações de trabalho.” (LIBÂNEO E FREITAS, 2018)

A maneira desses grupos atuarem no Brasil é por meio de tratados, acordos, subscrição a convenções internacionais, convênios, programas, projetos, parcerias privadas, planos, consultorias, assistência técnica, fundações, empréstimos financeiros, condicionalidades inscritas e cruzadas nos acordos e protocolos, subscrição aos documentos decorrentes de conferências para expandir negócios empresariais lucrativos na Educação para dessa forma aumentar a circulação dos seus produtos, aumentar o número de consumidores e expandir seus lucros.

A partir da década de 1990, em que começam a ser introduzidas as reformas educacionais neoliberais que passaram a destacar a correspondência entre a competência dos professores e a qualidade do ensino. Porém, as finalidades educativas das reformas e seus tipos de currículos difundidos, acabam por desqualificar e desprofissionalizar os professores, o que traz diversas consequências para a educação pública de uma maneira geral. Portanto, é extremamente relevante que se produzam análises que possam colaborar e aprofundar a compreensão do processo e que ajude no

entendimento por parte dos professores e que tomem ciência da gravidade desse processo.

Com uma situação de crise econômica e que teve o seu ápice no ano de 1982, o Banco Mundial entra se utilizando pela pressão em cima dos países mais pobres, exigindo assim, ajustes que contribuía para a desestabilização do Estado de Bem-Estar Social que se encontrava perante a uma situação caótica resultante de desemprego, aumento de taxa de juros e um processo de supressão dos direitos trabalhistas, o que traz maiores dificuldades para o trabalhador e um conforto maior para os patrões que ao diminuir os direitos trarão maiores lucros.

Conforme o passar do tempo, desde a década de 1970 até os dias atuais, é possível observar que as prioridades de investimento em educação seguiram várias direções para chegar ao ponto pretendido. O Banco Mundial mudou sua direção durante essas quatro décadas. Na década de 1970, os empréstimos realizados pelo Banco Mundial, foram para a implantação do ensino técnico, e que deixava de lado o ensino elementar. Já na década de 1980 a prioridade foi o ensino elementar, que foi assumido de forma mais forte na década de 1990. Entretanto, o investimento no ensino fundamental não tinha o objetivo de realizar uma formação sólida, mas apenas passar os conteúdos mínimos, ou básicos para a formação rápida de professores, aligeirada, pragmática, com o domínio das técnicas e sem o aprofundamento teórico para aprender de verdade os assuntos, só o mínimo para poder reproduzir o conteúdo. Os professores aprendiam somente o suficiente para atender a perspectiva de pacificação das massas. E quanto ao Ensino Superior, o Banco Mundial sempre mostrou uma postura contrária ao ensino universitário, buscando reprimir o avanço das teorias marxistas que ganhava cada vez mais seguidores, principalmente entre os intelectuais que atuavam no ensino superior público. Como estratégia, era propagado que as universidades públicas só atendiam a elite brasileira e que a maioria da população era excluída e não se beneficiava da estrutura das universidades públicas e gratuitas.

Para que houvesse a expansão do ensino superior, a solução seria a privatização para a realização dessa expansão, que conforme descrevem Vieira e Vidal (2014, p. 107), “de 1995 a 2011 o setor privado, no ensino superior, passou de 1.059.163 vagas para 4.996.374, indicando um aumento superior ao quádruplo de vagas”. Também ocorreu o incentivo para a realização de intercâmbio entre as universidades norte-americanas e a criação de universidades que se responsabilizariam apenas pelo ensino, deixando de lado propostas como pesquisa-ensino-extensão e dando atenção apenas para o ensino. Essa intenção de romper com pesquisa e extensão e focar apenas no ensino ajuda a

enfraquecer o sistema de produção de conhecimento científico e tecnológico e manter os países mais pobres distante do desenvolvimento tecnológico e continuando cliente dos produtos altamente tecnológico dos países desenvolvidos.

Conforme a influência exercida pelo Banco Mundial, na década de 1990, a educação brasileira sofreu também diversas mudanças na sua estrutura através das reformas educacionais que ocorreram, como o processo que realizou a municipalização da educação no Brasil que aconteceu após as definições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96. A lei não definiu apenas a municipalização do ensino, como impôs um sistema que seria responsável pelo sistema de avaliação que mudou significativamente a relação com o saber. Para Charlot (2013), a aprendizagem deixou de estar no centro da ação pedagógica e deu o lugar para a preparação para a avaliação externa. Portanto, é considerado mais importante que o aluno tenha um bom desempenho na avaliação ao invés de realmente aprender. Essas pequenas avaliações apenas servem para estabelecer quem é melhor ou pior. Antes, a preocupação era em apenas que os alunos aprendessem. De acordo com Evangelista (2013), a implantação dessa pedagogia neoliberal, teve seu início, na década de 1990, durante o governo de Fernando Collor de Melo (1990-1992), tendo prosseguido no governo Itamar Franco (1992-1995). Esse projeto neoliberal, tem a sua consolidação com o governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) e o governo Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) dá prosseguimento ao projeto de educação neoliberal. Os diversos documentos e programas que foram elaborados utilizando como base as orientações dos organismos internacionais multilaterais, como o Banco Mundial, tiveram o intuito de dar a direção para a educação nos países que assumiram compromissos com esses organismos. Alguns desses documentos e programas são: os Parâmetros Curriculares Nacionais (1996), Plano Decenal Educação Para Todos (1993-2003), Mais Educação (2007), Bolsa Família (2004), Pacto pela Educação, entre outros.

Também tem sido notório, os processos que envolvem a mercadorização, que vem sendo praticada em nossa sociedade, mercadorização da vida, da exigência de dinheiro para a execução de tarefas, que antes eram consideradas nobres e imunes ao dinheiro, com a prioridade dada a acumulação de Capital e a transformação definitiva de tudo em mercadoria e transação.

A mercadorização pode ser interpretada como uma forma de tornar liberal a oferta de ensino que pode ocorrer de diversas maneiras: expansão do ensino superior privado-

mercantil, privatização direta, tirar a responsabilidade do Estado, criação de quase-mercado, estabelecimento de Parcerias-Público-Privado (PPP), estímulo à competição, rankings, indicadores etc. (DALE, 1994; CABRITO, 2011; AFONSO,1999; SGUISSARDI, 2015; OLIVEIRA, 2009; BALL, 2004).

O Brasil vem aumentando até os dias atuais o acesso ao ensino superior. Isso acontece desde a década 1990, em que vem sendo implementada uma política de expansão do ensino superior brasileiro. Essa política faz parte da reforma do Estado que tenta uma redefinição do papel do Estado, em que o Estado seria desmantelado em função do reforço do mercado e buscando a qualquer custo a manutenção do lucro. As privatizações têm sido utilizadas com o intuito de diminuir a presença do Estado nas áreas produtivas e social, com privatizações e terceirizações.

As políticas sociais têm mantido a desigualdade e a pobreza ao apenas aliviar a miséria e não resolver de fatos os problemas. No campo da educação, os cursos do Estado tem sido direcionados com maior número para o ensino fundamental e para a criação de bolsas para o ensino superior privado a exemplo do Programa Universidade para Todos (PROUNI); e pela redução dos investimentos nas instituições de ensino superior, favorecendo assim para o aumento das universidades privadas e não trabalhando para o aumento de universidades públicas, induzindo-as à captação de recursos no mercado capitalista (Chaves,2006), além de contribuir para que os grupos internacionais tenham uma grande fatia do mercado de educação para poder explorar sem ninguém para atrapalhar.

Infelizmente, a educação superior passa a ser tratada como mercadoria, deixa de ser democrática no momento em que começa a dificultar o acesso aos mais pobres, deixando assim de ser um direito social. Pelos avanços ocorridos nesses programas, a tese é que o ensino superior se torne mais diversificado e flexível objetivando uma expansão com contenção nos gastos públicos.

Na continuação dessa reforma, o governo ajudou na expansão dessas instituições privadas de ensino. Ao diminuir os investimentos nas universidades públicas, que foram importantes para a abertura do mercado e que ajudaram aos grandes grupos educacionais a aumentar seus lucros e por meio da liberalização dos serviços educacionais e da isenção fiscal, em especial, da oferta de cursos para o mercado de trabalho, voltados apenas para o ensino desvinculado da pesquisa. Esses cursos aligeirados, buscam apenas a formação do profissional, sem vínculos com a pesquisa que ajudam no aperfeiçoamento do profissional.

Desde o início da reforma do Estado, que colaboraram com o processo de privatização e a mercadorização do ensino superior, podem ser destacados dois movimentos: 1) a fragmentação, por meio da diversificação institucional, e a expansão, pela via do setor privado; 2) a formação de oligopólios, no ensino superior privado, com a criação de redes de empresas por meio da compra ou fusão de IES privadas do país, por empresas nacionais e internacionais de ensino superior e pela abertura de capitais destas nas bolsas de valores.

Nos ideais presentes nas reformas educativas iniciadas na década de 1990, com a influência e recomendações do Banco Mundial, o mercado passa a assumir a centralidade, na reforma republicana neoliberal, como ressalta Chauí (1999, p. 3):

A reforma do Estado tem um pressuposto ideológico básico: o mercado é, portanto, de racionalidade sócio-política e agente principal do bem-estar da república. Esse pressuposto leva a colocar direitos sociais (como a saúde, a educação e a cultura) no setor de serviços definidos pelo mercado. Dessa maneira, a reforma encolhe o espaço público democrático de direitos e amplia o espaço privado não só ali onde seria previsível – nas atividades ligadas à produção econômica-, mas também onde não é admissível – no campo dos direitos sociais conquistados.

Quando a saúde, educação e cultura se tornam serviços, esses “serviços” passam a se tornar algo que nem todos terão condições de ter acesso. Para se ter acesso, será necessário ter condições de pagar e pagar caro quanto maior for a qualidade do serviço. Como resultado dessa política, o ensino superior privado teve facilitado o seu crescimento, a um ritmo acelerado, ao mesmo tempo em que se reduziram drasticamente os recursos para a expansão e a manutenção das instituições públicas de ensino superior (Amaral, 2003). Com a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) de 20 de dezembro de 1996, o Estado ficou à frente na gestão das políticas educacionais, porém liberalizou a oferta da educação superior para a iniciativa privada.

Art. 7º: O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições: I - cumprimento das normas gerais da educação nacional e do respectivo sistema de ensino; II - autorização de funcionamento e avaliação de qualidade pelo Poder Público; III - *capacidade de autofinanciamento*, ressalvado o previsto no art. 213 da Constituição Federal. (Brasil, 1996;)

Para Catani e Oliveira (2007, p. 83), a LDB, serviu para a reestruturação da educação superior no país, restringindo a atuação da esfera pública e ajudando na ampliação do setor privado, alterando a identidade das universidades, procurando tornar a educação num “bem” ou “produtos” para que os “clientes” possam adquirir.

A LDB, legalmente, pode ser considerada como um primeiro movimento no sentido de implementar a fragmentação do ensino superior brasileiro, que define, no artigo 20,

três tipos de instituições educacionais privadas: os particulares, em sentido estrito (empresariais); as comunitárias; as confessionais e filantrópicas. A LDB favoreceu tanto as organizações que não visavam o lucro, como o setor empresarial, que almeja somente o lucro com as atividades educativas, quando possibilitou a institucionalização de outras modalidades de Instituições de Ensino Superior que não precisam, necessariamente, atuar com a premissa constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, conferida às universidades por meio do artigo 207, da Constituição Federal de 1988.

De acordo com o Censo do Ensino Superior (MEC/INEP), de 2007, foram registradas 4.880.381 matrículas em cursos de graduação presenciais, sendo 1.240.968 destas em IES públicas e 3.639.413, em IES privadas, o que corresponde, respectivamente, a 25,4% e 74,6% do total de matrículas. E ao longo dos anos é possível observar que o ensino superior privado cresceu quatro vezes mais que o ensino público privado.

Segundo o Censo Demográfico de 2010, o Brasil conta com uma população total de 190.757.799 habitantes. Desse total, 23.878.190 são jovens com idade entre 18 e 24 anos. No Censo da Educação Superior do ano de 2011, mostra que 6.739.689 estudantes, adicionando-se alunos de cursos presenciais e a distância, sendo que apenas 3.411.050 estão com idade de 18 a 24 anos. É observado uma taxa de 14,3% de jovens com idade de 18 a 24 anos no ensino superior.

A educação superior é considerada universalizada quando atinge 50% de taxa líquida (Gomes; Moraes, 2012). No Brasil, a educação superior, segundo o censo de 2011 uma taxa líquida de 14,28%, portanto é necessário muito trabalho para conseguirmos chegar aos 50%.

Para Saviani (2007), os centros universitários, são de fato, “uma universidade de segunda classe, que não necessita desenvolver pesquisa (...) a fórmula encontrada para burlar o artigo 207 da Constituição Federal” (p. 18). Esses centros universitários se constituem numa forma disfarçada de universidade de ensino, uma vez que passaram a gozar da autonomia constitucional sem a necessidade de realizar pesquisas. É importante mencionar que o modelo universitário de organização, que representa um custo maior para os mantenedores e do qual, além da realização de ensino, pesquisa e extensão, é exigido, pelo menos, um terço do corpo docente com titulação de mestre ou doutor e em regime de tempo integral.

Portanto, além dos gastos com pesquisa e extensão é necessário um gasto maior com os salários dos docentes, pois eles necessitam de títulos maiores o que aumentaria

os seus salários. Pela lógica do mercado e como as instituições visam o lucro, para elas a importância é ter alunos, entregar os seus diplomas, sem se importar se os alunos estão aprendendo da melhor maneira.

Também é importante observar que as universidades que realizam pesquisa e extensão, apresentaram um crescimento pequeno no período, de 36%, passando, no setor privado, de 64 universidades, em 1996, para 87, em 2007.

Com a entrada no mercado de ações, a rede privada de ensino superior, no Brasil, movimentou, aproximadamente, 15 bilhões de reais por ano (Erthal & Perosim, 2007). Essa movimentação bilionária acaba acarretando na formação de grandes oligopólios da educação.

Surgindo uma pequena dúvida. Como um mercado que rende tanto capital, o real compromisso é o de gerar lucro ou o de ensinar? Pois, os dois são uma contradição e educar não é uma fórmula mágica. A abertura do capital das empresas educacionais ao mercado financeiro possibilita o aumento de capital, para a formação de grandes grupos empresariais mais fortes e espalhados pelo país. Como se tronam grupos grandes, passam a adquirir materiais e equipamentos em grandes quantidades, conseguindo reduzir seus custos, aumentar sua margem de lucro e diminuir os valores das mensalidades. Com a diminuição das mensalidades, eles conseguem atrair mais alunos e deixar a concorrência, feita por universidades pequenas e regionais, em dificuldades, eles compram a concorrência e aumentam ainda mais o seu lucro.

De acordo com (CONTEE, 2007), lucros das empresas da educação passaram a ser comparáveis, proporcionalmente, a empresas de grande porte, como a Vale do Rio Doce, a Gerdau e a PETROBRÁS, segundo relatório publicado pelo jornal Valor Econômico, de mais de 25%, passando de R\$ 44 bilhões, em 2002, para R\$ 55 bilhões, em 2008. É possível observar pelos números que a educação já é tratada como mercadoria. Porém, infelizmente, os lucros exorbitantes e a sua atratividade no mercado de ações não têm nenhuma relação com a qualidade de ensino. Afinal, não é este o objetivo. Uma prova disso pode ser constatada nos resultados dos exames da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Segundo reportagem da revista Carta Capital (Erthal & Perosim, 2007), menos de 10% dos formados no curso de Direito do Centro Universitário Ibero-Americano, em São Paulo, e da Faculdade Comunitária, de Campinas, ambas da Rede Anhanguera, foram aprovados. Também é possível observar pelos dados do INEP, que comprovam que boa parte dessas instituições não atendem às exigências de um terço do corpo docente com titulação de mestres e doutores e em regime integral de trabalho, definidas na LDB. Dado que piorou ainda com a reforma trabalhista do governo

Michel Temer. Com isso, a precarização da função docente acaba se refletindo na própria qualidade do ensino ofertado. No excerto a seguir, Apple (2001, p. 18) sintetiza a mudança da concepção de educação provocada pelo neoliberalismo:

(...) o que outrora foi um conceito e uma prática política apoiados numa negociação e diálogo coletivo é, hoje em dia, um conceito “totalmente” econômico. Atualmente, debaixo da influência do neoliberalismo, o verdadeiro significado de cidadania foi radicalmente transformado. Nos dias de hoje, em muitos países, o cidadão é simplesmente um consumidor. O mundo é visto como um vasto supermercado. As escolas e inclusive os nossos alunos (...) tornam-se mercadorias que são compradas e vendidas do mesmo modo como se compram e vendem outro gênero de mercadorias.

Essa visão da educação como uma mercadoria, não só da educação, mas como tudo como uma mercadoria, acaba tornando cada vez mais a sociedade completamente individualista e perdendo o senso de coletividade. As lutas de todos perdem força porque cada vez mais é tudo individualizado.

A educação superior brasileira é altamente privatizada, pois, das 6.739.689 matrículas em 2011, 1.773.315 (26,3%) realizaram-se em IES públicas e 4.966.374 (73,7%) em IES privadas. Com os diversos programas do governo federal, desde a década de 90, que facilitaram o ingresso em faculdades privadas, ao invés de investir para a construção de mais faculdade públicas. Embora o crescimento do ensino superior tenha sido grande, houve também um aumento do ensino superior público. No período de 1995-2005 houve uma grande expansão do setor privado (213,6%), que teve continuidade no período 2005-2011 (49,5%), mas no qual também houve uma expansão do setor público de 42,2%, não tão distante da expansão privada.

Também é observada a dificuldade das famílias em se manter no ensino superior, seja público ou privado. Conforme dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), verifica-se que grande parte dos habitantes vive em famílias consideradas extremamente pobres (até 1/8 salário mínimo *per capita*), pobres (mais de 1/8 a 1/4 salário mínimo *per capita*) ou vulneráveis (mais de 1/4 a 1 salário mínimo *per capita*) (Brasil, 2011b), e são exatamente essas famílias que possuem os maiores números de moradores por domicílio. É importante que seja realizado um trabalho para que as pessoas tenham a possibilidade de se manter no ensino superior e poder contribuir para que os brasileiros possam chegar a se formar cada vez mais.

Conforme Shiroma e Evangelista (2003), a partir da década de 1990, as Reformas Educacionais contaram de forma centralizada, com profissionalização docente. Essa profissionalização pusera a responsabilidade nos professores de trabalharem em prol da construção de uma educação de qualidade e que ela fosse capaz de superar a exclusão,

levando assim, uma educação de qualidade para todos. Porém, não poderia ser colocado em questão que a exclusão está inserida na estrutura do sistema capitalista. Shiroma et. al.(2017), sobre isso, apresentam a seguinte posição:

Atribuem-se os problemas socioeconômicos à escola como se nascessem no campo de educação e nele fossem encontrar a solução, mas se o professor – embora responsabilizado – não tem competência, o dilema não tem solução. Temos um falso dilema, consequência do movimento ideológico burguês dominante. Sendo o Brasil a nona economia do mundo, concluímos que não está em questão a qualidade docente propriamente, mas o seu uso para construir uma explicação palatável que justifique o desemprego estrutural e as relações de exploração em que se encontra a classe trabalhadora – fonte de risco para os interesses capitalistas. (SHIROMA et. al., 2017, p. 25)

O professor que conta, em muitos casos, com uma formação deficitária, acaba por encarar também, os problemas que estão na estrutura do sistema capitalista que são os responsáveis por causar as inúmeras adversidades de ordem socioeconômica presentes em nossa sociedade. O docente acaba sendo o culpado por não ter condições de acabar com a exclusão com o seu trabalho, sendo que é um problema mais complexo do que se imagina. Ainda nessa prática que promove a desqualificação do professor, que desde o governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), as propostas para a formação dos professores desabam a responsabilidade sobre os professores da culpa de não estarem inseridos adequadamente no mercado de trabalho. Essas propostas tornam o professor como a engrenagem principal da engrenagem da exclusão social. Evangelista, nos mostra que:

À desqualificação do professor segue-se a sugestão de intervenção, seja em sua formação, seja em seu salário, seja em sua avaliação, seja em seu trabalho. Exposto como incapaz de gerar aprendizagem, o BM propõe que novas reformas sejam feitas para que a aprendizagem seja conseguida e içe o professor à vela do barco por hipótese à deriva, o da educação. Como se viu, o BM imagina que a eficácia na aprendizagem liga-se mais a mecanismos de gestão, controle e avaliação, do que à formação, carreira e salários. (EVANGELISTA, 2013, p. 34)

O professor precisa ser formado e qualificado regularmente. Essa visão de que a melhora da educação é feita só através da gestão está errada. O professor precisa ser valorizado e lapidado através das formações que precisam ser contínuas.

Para Shiroma e Evangelista (2003), na década de 1990, houve uma valorização da educação que ocorreu de maneira enganosa. Eles afirmam que a valorização da educação se deu como formação para empregabilidade. No governo Fernando Henrique Cardoso, se iniciaram diversas reformas que, no princípio estavam voltadas para o ponto

de vista de gestão fundamentada na Qualidade Total e depois para a pedagogia de competências. E, para Libâneo (2015), a lógica que foi estabelecida na Gestão de Qualidade Total está baseada em critérios econômicos e administrativos. Esse tipo de gestão se encontra relacionada às políticas de resultados e com os mecanismos de controle, de avaliação dos resultados intrínsecos.

Se de um lado a culpa é do professor, de outro, a educação tem uma grande importância para o desenvolvimento econômico e esse raciocínio é defendido por diversos Organismos Internacionais Multilaterais, como o próprio Banco Mundial. Para esses Organismos, a educação é o caminho para a superação da exclusão e a aniquilação da pobreza. Mas o primeiro paradoxo já é percebido ao observar que os recursos destinados para educação, foram sempre insuficientes e não atendiam a necessidade que o setor educacional demandava. A partir dessa visão, o Banco Mundial defende um ensino fundamental que atenda a todos, que tenha um atendimento universal. Porém ao se direcionar para o ensino médio e superior, acaba aderindo o setor privado como solução (LIBÂNEO, 2013).

Essa privatização das escolas, seguindo a lógica neoliberal, traz para a escola um concepção da escola como uma empresa que presta um serviço e retira o lucro dessa atividade, o aluno que deixa de ser um simples aluno e passa a ser um cliente que recebe um serviço, o trabalho em equipe e a orientação de que as decisões sejam tomadas com base nas estatísticas. Essas concepções saíram dos limites das escolas e chegaram aos meios de comunicação social. Os problemas sociais passaram a ser abordados de maneira endógena em que o funcionamento de centros de ensino-aprendizagem como empresas, em que sendo bem gerida terá a diminuição dos erros. Ainda de acordo com essa teoria, para conseguir a redução dos erros, seria através da formação do professor. Infelizmente, a teoria de Qualidade Total, não requer qualidade para todos e contribui ainda para que aconteça um aumento da dualidade educacional. Essa dualidade se forma a partir da distância entre as escolas das camadas mais pobres e as escolas das elites. Entre outros autores, Libâneo (2013), nos revela e denuncia o mecanismo responsável pela exclusão que faz parte dessa teoria e nos faz refletir para a luta em favor de construir uma qualidade social para a educação.

Uma das peculiaridades da reforma educacional, que vem ganhando espaço na maioria dos discursos pedagógicos e em alguns cursos de formação de professores é a pedagogia da competência. Muito dos profissionais da educação tomaram posse desse discurso e acreditavam que o domínio das competências seria o remédio para os grandes males sociais. Para Shiroma e Evangelista (2003, p. 88), houveram mudanças nas regras

e na lógica da organização escolar e nas práticas escolares para a formação de professores. Nesse projeto, havia a dedução da existência de um sujeito incansável que buscava a sua inserção no mercado de trabalho, projeto esse que pode ser considerado muito otimista ao tratar os desistentes como se não tivessem conseguido se adaptar a essa economia do conhecimento, aumentando assim o número de pobres e excluídos. Sendo assim, tanto os professores, como os alunos seriam induzidos a acreditar que trazer consigo as competências e habilidades seria o necessário para estar pronto o seu ingresso no mercado de trabalho. Erroneamente, esse pensamento traz a escola como a responsável pelos problemas sociais e os indivíduos acabam recebendo a culpa pelo fracasso pessoal, algo que é culpa de um sistema maior, que se encontra acima dos sujeitos e de instituições como a escola. Observamos assim, com a constante divulgação, que o sucesso do indivíduo se relaciona com a qualidade da educação que ele teve direito. A partir desta perspectiva, podemos notar que a educação se torna aquele que define a qualidade de vida das pessoas, porém além disso, deveria demonstrar que a incompetência poderia ser individual, desconsiderando os problemas que se encontram na estrutura do sistema capitalista, que carregam em si a exclusão social perante a busca desenfreada por lucro.

Ao se deparar com o fato do sucesso do indivíduo estar diretamente ligado a qualidade da educação e os problemas educacionais estarem ligados com a incompetência dos sujeitos e não inerentes aos problemas da estrutura do sistema capitalista, o professor passa a receber uma pressão desproporcional e que tem origem de várias frentes para atacar os professores. As investidas vêm pelo controle com as avaliações externas e pela propagação dos resultados sem a divulgação ou uma simples análise das condições em que se encontra, gerando um certo desconforto pelo resultado, que muitas vezes, de problemas que o professor precisa enfrentar. O professor também é atacado por ser responsabilizado pela sua própria formação profissional que não é constante e atualizada. Infelizmente o professor conta com pouca formação e atualização, tendo que correr atrás da própria atualização. Outro ataque sofrido, se refere aos economistas definindo os rumos da educação, causando assim uma certa falta de consideração pelos especialistas educacionais, que são quem realmente estão preparados para definir o rumo para uma educação de qualidade e não economistas que estão trabalhando para o lucro e não para a educação. Também tem a dificuldade de se estruturar movimentos de professores que visam as melhorias de condições de trabalho, através da promoção de competição entre professores e entre as escolas e restringindo a sua participação nos processos decisórios da escola. Por último, para completar a esses

ataques ao professor de uma espécie de “desuniversitarização” da formação, onde a formação continuada passa a ter mais importância do que a formação a inicial (SHIROMA e EVANGELISTA, 2003).

Shiroma et al. (2017, p. 43), traz ainda que versa sobre uma “política sistêmica” não só nacional, como internacional que tem o intuito de limitar a formação e a atualização apenas a sala de aula, tirando do professor os conhecimentos científicos para que ele atue apenas na sala de aula como um mero reproduzidor com o papel diminuído.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve a finalidade de analisar, através de diversos documentos, as políticas neoliberais que influenciaram os projetos de privatização da educação que fazem da educação mercadoria e, desta forma, acabam distanciando-se da democracia. Além disso, foram analisados juntamente com esses dados e concluído que o processo de mercadorização da educação está intimamente ligado com a privatização da escola pública, onde o mercado abriga um nicho que pode ser explorado e este, passa a tratar da educação como uma mercadoria que pode ser cobrada e, ainda, responsável pela geração de lucros. Também é analisada a relação entre a mercadorização da educação, a precarização do ensino e as influências geradas pelos grandes grupos educacionais, onde instituições como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional são completamente favoráveis à privatização da educação.

Ao analisar os diversos documentos e publicações, torna-se notável o fato de que o lucro tem muita importância, conforme aponta WOOD (2001). Esse sistema em que os resultados, lucros e a competição são muito importantes num ambiente educacional, pode ser considerado nocivo, o que pode acarretar uma contribuição de forma negativa para uma educação de qualidade a qual todos tenham acesso. Conseqüentemente, ao visar o lucro, algumas pessoas serão excluídas, o que lhes tira o acesso à educação, ou ainda, à uma educação de qualidade, capaz de formar cidadãos reflexivos. Essa exclusão contribui para a manutenção da diferença de classes e dos privilégios da elite (MÉSZÁROS, 2009).

Essa gana por lucros tem origem na lógica neoliberal, onde são observados esses nichos que podem ser explorados e, assim, o ensino passa a ser cobrado. A política em questão surgiu após o Consenso de Washington e teve força com os diversos documentos do Banco Mundial, que defendiam uma participação maior do setor privado na educação. Essas reformas educacionais passaram a figurar a partir da década de 1990, contando com as influências neoliberais na educação. Com projetos de privatização da educação, que ocorreram não apenas passando escolas para iniciativa privada, mas também através de programas, projetos, parcerias privadas, planos, consultorias,

assistência técnica, fundações e etc. Muitos desses projetos contribuem para o fortalecimento desses grandes grupos internacionais da educação, que passam a lucrar em cima de atividades que o setor público tem plena capacidade de realizar. Ao ser inserido nessa lógica de privatização, o Estado passa a ter como preferência pagar para os grandes grupos educacionais por um treinamento para os docentes, atividade esta que poderia ser realizada em conjunto com as secretarias municipais ou estaduais de educação, além dos pesquisadores das universidades públicas, que já utilizam as verbas públicas para realizar pesquisas.

É importante lembrar também que existe uma movimentação bilionária dos grandes grupos educacionais, desde sua entrada no mercado de ações, o que contribui com um lucro cada vez mais estimável. Para a população, comunidade acadêmica e os educadores preocupados com uma educação de qualidade que todos possam ter acesso, é importante a fiscalização rotineira dos interesses que estão por trás desses projetos que visam a passagem de serviços para iniciativa privada, tendo em vista que muitos deles não tem o intuito de melhorar a educação, e sim de gerar mais lucros e permitir que a desigualdade venha se prologando por décadas. No Brasil temos observado que o setor privado educacional vem ganhando destaque grande. No Ensino Superior, a maioria das matrículas são em instituições privadas e nos Ensinos Fundamental e Médio, vemos muitas Secretaria Municipais e Estaduais de Educação utilizando os serviços dos grandes grupos educacionais e isso resulta em mais gastos públicos e na precarização do ensino. Resulta também na perpetuação dos privilégios, onde uns vão ter sempre o acesso as melhores escolas e outros não terão acesso às mesmas escolas.

Os nossos governos, podem utilizar como saída as pesquisas realizadas na Instituições de Ensino Superior Públicas, que realizam diversos estudos na área educacional. Isso geraria economia para os cofres públicos, pois ao investir nas pesquisas nas Universidades Públicas, é gerado conhecimento que é importante na área da educação. Ao utilizar o conhecimento gerado, não é necessário contratar empresas para realizar atividades que podem ser feitas em conjunto entre as secretarias de educação e Universidades Públicas. O trabalho de formação dos professores, pode também ser feito em conjunto com as Universidades públicas, em que os pesquisadores participem na escola observando e utilizando as teorias junto da prática e levando os professores relembrar as teorias que acabam sendo deixadas de lado após se formarem. Portanto é importante que exista uma integração maior entre as Universidades e as escolas para que possamos seguir por um caminho que contribua para uma educação de qualidade que todos tenham acesso.

5 REFERÊNCIAS

Adrião, T., Garcia, T., Borghi, R., & Arelaro, L. (2009). Uma modalidade peculiar de privatização da educação pública: A aquisição de 'sistemas de ensino' por municípios paulistas. *Educação & Sociedade*, 30(108), 799-818.

Apple, M.W. Reestruturação educativa e curricular e as agendas neoliberal e neoconservadora: entrevista com Michael Apple. *Currículo sem Fronteiras*, v. 1, n. 1, p. 5-33, jan./jun. 2001. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol1iss1articles/apple.pdf>>.

Baker, E.L. et al. *Problems with the use of student test scores to evaluate teachers*. Washington, DC: Economic Policy Institute, 2010. (Briefing paper, n. 278). Disponível em: <http://epi.3cdn.net/b9667271ee6c154195_t9m6iij8k.pdf> Acesso em: 24 out. 2018.

Bandeira de Mello, Celso Antônio. *Curso de Direito Administrativo*. 27. ed. São Paulo: Malheiros. 2015.

Bobbio, Norberto, 1909- *Dicionário de política* | Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino; trad. Carmen C, Varriale et al.; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacaís. - Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1ª ed., 1998. Vol. 1: 674 p. (total: 1.330 p.) Vários Colaboradores. Obra em 2v.

Brasil. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica (2011a). *Guia de tecnologias educacionais 2011/12*. Brasília: Ministério da Educação.

BRASIL. Decreto n. 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm

BRASIL. Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001.. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10260.htm

BRASIL. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos2004-2006/2005/Lei/L11096.htm

BRASIL. Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nºs 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2007/Lei/L11494.htm

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm

Braun, H.; Chudowsky, N.; Koenig, J. *Getting value out of value-added: report of a workshop.* Washington, DC: National Academies, 2010. Disponível em: <http://www.nap.edu/catalog/12820.html> Acesso em: 26 out 2018.

Bittencourt, J., & Oliveira, M. F. (2013). A influência das consultorias nas decisões das políticas educacionais no Brasil. In V. Peroni (Org.), *Redefinições das fronteiras entre o público e o privado: Implicações para a democratização da educação* (pp. 175-197). Brasília: Liber Livro.

Bernardi, L., Uczak, L., & Rossi A. (2015). Do Movimento 'Todos pela Educação' ao Plano de Ações Articuladas e Guia de Tecnologias: Empresários interlocutores e clientes do Estado. Trabalho apresentado na ANPAE/Sul, UDESC, Florianópolis, Brasil.

Bonal, Xavier. Plus ça change... the World Bank global education policy and the post-Washington Consensus. *International Studies in Sociology of Education*, v. 12, n. 1, p. 3-22, 2002.

Catani, A.M.; Oliveira, J.F. A educação superior. In: **Oliveira, R.P.; Adrião, T.** (Org.). *Organização do ensino no Brasil: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB.* 2. ed. São Paulo: Xamã, 2007. p. 73-84.

Chaves, V.L.J. Crise e privatização da universidade pública: de Fernando Henrique a Lula da Silva. *Universidade & Sociedade*, Brasília, DF, n. 38, p. 61-77, 2006.

Chaui, M. A universidade operacional. *Avaliação*, Campinas, v. 4, n. 3, p. 3-8, 1999.

Charlot, B. *Da relação com o saber às práticas educativas.* São Paulo: Cortez, 2013.

Comerlato, D., & Moraes, J. (2013). AlfaSol e Programa Brasil Alfabetizado: A parceria público-privada nas políticas de educação de jovens e adultos. In V. Peroni (Org.), *Redefinições das fronteiras entre o público e o privado: Implicações para a democratização da educação* (pp. 327-346). Brasília: Liber Livro.

Corcoran, S. Can teachers be evaluated by their students' test scores? Should they be? The use of value-added measures of teacher effectiveness in policy and practice. Providence AISR, 2010. Disponível em: <<http://www.annenberginstitute.org/pdf/valueAddedReport.pdf>>

Comerlato, D., & Moraes, J. (2013). AlfaSol e Programa Brasil Alfabetizado: A parceria público-privada nas políticas de educação de jovens e adultos. In V. Peroni (Org.), *Redefinições das fronteiras entre o público e o privado: Implicações para a democratização da educação* (pp. 327-346).

Darling-Hammond, L. The harm behind the hype. Education Week, 20 apr. 2012. Disponível em: http://www.edweek.org/ew/articles/2012/03/05/24darlinghammond_ep.h31.html

Dale, Roger. A promoção do mercado educacional e a polarização da educação. *Educação, Sociedade e Culturas*, Porto, n. 12, p. 109-139, 1994.

Erthal, J.M.; Perosim, L. O ensino vai à Bolsa. *Carta Capital*, São Paulo, n. 466 – especial, p. 10-15, 17 out. 2007.

Evangelista, O. Qualidade da educação pública: Estado e organismos multilaterais. In: LIBÂNEO, J. C.; SUANNO, M. V. R.; LIMONTA, S. V. *Qualidade da escola pública: políticas educacionais, didática e formação de professores*. Goiânia: Ceped Publicações, 2013.

Freitas, L.C. Conseguiremos escapar ao neotecnicismo? In: SOARES, M.B.; KRAMER, S.; LUDKE, M. *Escola básica (Anais da 6. CBE)*. Campinas: Papirus, 1992.

Freitas, L.C. *Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática*. Campinas: Papirus, 1995.

Gates, B. Shame is no solution. *New York Times*, New York, 23 fev. 2012. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2012/02/23/opinion/for-teachers-shame-is-no-solution.html?_r=4>

Giddens, A. (2001). *A Terceira Via: Reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia*. Rio de Janeiro: Record.

Gomes, A. M.; Moraes, K. N. Educação superior no Brasil contemporâneo: transição para um sistema de massa. *Educação & Sociedade*, Campinas: CEDES, v. 33 n. 118, p. 171-190, jan./mar. 2012.

Guisbond, L.; Nell, M.; Schaeffer, B. *NCLB's lost decade for educational progress: what can we learn.* [S.l.]: National Center for Fair & Open Testing, 2012. Disponível em: <http://fairtest.org/NCLB-lost-decade-report-home>

Hout, M.; Elliott, S.V. *Incentives and test-based accountability in education.* Washington, DC: National Academy of Sciences, 2011.

Kane, R.J.; Staiger, D.O. The promise and pitfalls of using imprecise school accountability measures. *Journal of Economic Perspectives*, Nashville, v. 16, n. 4, p. 91-114, 2002.

Klees, S., 2001b. World Bank development policy: a SAP in SWAPs clothing. *Current Issues in Comparative Education* 3(2) (www.tc.columbia.edu/cice).

Ilon, Lynn. Structural adjustment and education: adapting to a growing global market. *International Journal of Education and Development*, v. 14, n. 2, p. 95-108, 1994.

Laval, C. (2004). A escola não é uma empresa. *O neo-liberalismo em ataque ao ensino público.* Londrina: Ed. Planta.

Livro de José Carlos Libâneo e Raquel A. Marra da Madeira Freitas (Orgs.) analisa as políticas educacionais neoliberais na escola pública e a qualidade restrita que a educação escolar.

Libâneo, José Carlos. Formação de Professores e Didática para Desenvolvimento Humano. *Educação e Realidade.* Porto Alegre. v. 40, n. 2, p. 629 -650. Acesso em: 22 out. 2018.

Libâneo, José C. Didática na formação de professores: entre a exigência democrática de formação cultural e científica e as demandas das práticas socioculturais. *Didática e formação de professores: novos tempos, novos modos de aprender e ensinar.* Sulina, 2013.

Newman, Janet. *Modernising governance.* London: Sage, 2001.

Pires, D. O. (2015). *A construção histórica da relação público-privada na promoção do direito à educação no Brasil* (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.

Peck, Jamie. *Constructions of neoliberal reason.* Oxford: Oxford University Press, 2010

Peroni, V. (2003). *Política educacional e papel do Estado no Brasil dos anos 90.* São Paulo: Xamã.

Peroni, V. (2013). As relações entre o público e o privado nas políticas educacionais no contexto da terceira via. *Currículo sem Fronteiras*, 13(2), 234-255.

Privatização. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2018. Disponível em: [<https://www.dicio.com.br/privatizacao/>]. Acesso em: 15/11/2018.

Ravitch, D. How to demoralize teachers. *Education Week*, 23 feb. 2012. Disponível em: <http://blogs.edweek.org/edweek/Bridging-Differences/2012/02/how_to_demoralize_teachers.html>

Robertson, Susan L.; Bonal, Xavier; Dale, Roger. GATS and the education service industry. *Comparative Education Review*, v. 46, n. 4, p. 472-496, 2002.

Rodrik, Dani. *The globalization paradox: why markets, states and democracy can't co-exist.* Oxford: Oxford University Press, 2011.

Rodrigues, R., & Santos, M. (2013). O programa nacional de acesso ao ensino técnico e emprego – Pronatec: Um olhar a partir das relações entre o público e o privado. In V. Peroni (Org.), *Redefinições das fronteiras entre o público e o privado: Implicações para a democratização da educação* (pp. 290-307).

Saviani, D. *Da nova LDB ao FUNDEB: por uma outra política educacional.* Campinas: Autores Associados, 2007.

Sguissardi, V. Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 29, n. 105, p. 991-1.022, set./dez. 2008.

Shiroma, E. O.; Evangelista, O. Profissionalização: da palavra à política. In: PACHECO, J. A.; MOARES, M. C. M. de; EVANGELISTA, O. Formação de professores: Formação de professores perspectivas educacionais e curriculares. Porto: Porto Editora, 2003. p. 27-45

Shiroma, E. O.; Moraes, M. C. M. de; Evangelista, O. Política educacional. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

Tedesco, Juan Carlos, Alguns Aspectos da Privatização da Educação na América Latina, *Estudos Avançados* 12(5) 1991.

Vieira, E. (1998). O Estado e a sociedade civil perante o ECA e a LOAS. *Serviço Social & Sociedade*, 56, 9-23

Wade, Robert Hunter. On the causes of increasing world poverty and inequality, or why the Matthew Effect Prevails. *New Political Economy*, v. 9, n. 2, p. 163-188, 2004.

Wood, E. M. (2014). *O império do capital.* São Paulo: Boitempo.

World Bank education policy: new rhetoric, old ideology. *International Journal of Educational Development*, v. 22, p. 451-474, 2002.

